



CPI prova que deputado subavaliava investimentos para continuar a ter subvenções

Raunheitti fraudou até balanços

Gustavo Miranda

554

BRASÍLIA — Os integrantes da CPI da máfia do Orçamento saíram do depoimento do deputado Fábio Raunheitti convencidos de que ele cometeu, premeditadamente, crime de sonegação fiscal para continuar a receber recursos de subvenções sociais através da Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (Sesni).

Uma documentação recebida pela deputada Jandira Feghalli (PCdoB-RJ) indica que Raunheitti subavaliava em 50% os investimentos da Sesni, no balanço publicado no Diário Oficial do Rio. Enquanto o Diário Oficial mostra como investimentos apenas Cr\$ 648 milhões, em 1991, o livro-caixa da entidade aponta o dobro: Cr\$ 1,2 bilhão.

— Esses documentos comprovam que a Sesni fazia essa subavaliação para continuar recebendo subvenções sociais. Sem dúvida foi a parte mais importante do depoimento — afirmou o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).

O livro-caixa da Sesni e o balanço geral publicado no Diário Oficial apontam que a diferença de 50% se mantém em 1992 e 1993. No item faturas a receber do ano de 1992, por exemplo, desapareceram Cr\$ 1 bilhão entre valores inscritos no livro-caixa e a publicação do mesmo balanço no Diário Oficial do Rio de Janeiro. No Diário aparecem Cr\$ 4,2 bilhões. No balanço que está registrado no livro-caixa, esse mesmo item sobe para Cr\$ 5,8 bilhões.

Jandira apresentou ainda outros documentos que, segundo o deputado Roberto Magalhães, terão que ser explicados detalhadamente. São depósitos bancários feitos pela Sesni para a Sociedade Protetora da Infância e Maternidade de Mesquita. No total, foram Cr\$ 17 milhões, depositados na conta da entidade no Banco Real pelo colégio do deputado Fábio Raunheitti.

Raunheitti não soube explicar os US\$ 3,5 milhões de créditos que a subcomissão de bancos encontrou em quatro instituições financeiras nas quais ele mantém conta. Segundo integrantes da CPI, está caracterizado que a renda declarada em seu imposto é incompatível tanto com a movimentação financeira quanto com o patrimônio que ele apresentou à Receita Federal nos anos de 1989 e 1990. Já em 1991, a subcomissão de patrimônio encontrou mais uma irregularidade de Raunheitti: os imóveis foram transferidos para duas empresas — Eimil e Fazendas Reunidas Ita em Nova Iguaçu — por US\$ 1 milhão, preço menor do que o valor real dos seus imóveis.

— Ele tem imóveis capazes de fazer inveja a qualquer grande imobiliária do país — afirmou um dos integrantes da CPI.

Na declaração de renda de 1990, Raunheitti listou 84 imóveis. São 10 apartamentos, 20 lotes, 31 casas, sete terrenos, cinco prédios, quatro fazendas, duas metades de prédios, uma área rural, um sala, uma loja, meio condomínio. Além dos imóveis, aparecem em sua relação de bens cinco linhas telefônicas e cinco automóveis. A renda declarada por Raunheitti nos últimos quatro anos também não justifica a compra desses imóveis.



O deputado Fábio Raunheitti (segundo, a partir da esquerda), durante seu depoimento na CPI do Orçamento